## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

## **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

Código Penal.

| O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:   |
|---|
| CÓDIGO PENAL  |
|   |
| PARTE ESPECIAL  |
| (Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa" de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984)  |
| TÍTULO I  |
| DOS CRIMES CONTRA A PESSOA  |
|   |
| CAPÍTULO III  |
| DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAUDE  |
|   |
| Omissão de socorro  Art. 135. Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, a criança abandonada ou extraviada, ou a pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:  Pena - detenção de um a seis meses, ou multa.  Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte. |
| Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial  Art. 135-A. Exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial:  Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.  Parágrafo único. A pena é aumentada até o dobro se da negativa de atendimento  |
| resulta lesão corporal de natureza grave, e até o triplo se resulta a morte. (Artigo acrescido pela Lei nº 12.653, de 28/5/2012)  |
|   |